



COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

CNPJ nº 06.995.362/0001-46

Relatório da Administração 2016

A Companhia Paulista de Parcerias - CPP é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pelo Estado de São Paulo, cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 11.688, de 19 de maio de 2004. A atuação da CPP é pautada pelas orientações do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) e, em todos os projetos de PPP, a Companhia atua de forma coordenada com a Unidade de Parcerias Público-Privadas - UPPP, hoje vinculada à Subsecretaria de Parcerias e Inovação da Secretaria de Governo.

Em 2015 a forte retração econômica afetou o desempenho das receitas correntes do Estado e as medidas de ajuste fiscal inviabilizaram a aprovação de novas operações de crédito por parte do Governo Federal, o que determinou ajustes nos programas de investimento do Estado, com priorização dos projetos e/ou contratos já em execução e ampliada seletividade na definição de novos projetos. Nesse contexto, a CPP formalizou garantias de contratos já assinados de PPP e que atenderam os requisitos da etapa preliminar, como a PPP de Habitação Social na Área Central da Cidade de São Paulo - Lote 1 e os contratos dos Hospitais de São José dos Campos e Sorocaba, e participou dos estudos para novas PPPs, propostas já segundo a normatização advinda do Decreto nº 61.371 de 21 de julho de 2015, após ampla revisão dos projetos em carteira realizada pela UPPP no primeiro semestre de 2015. Além disso, e conforme sua missão institucional, a CPP geriu sua carteira de ativos livres e acompanhou o comportamento dos ativos financeiros segregados que respondem pela garantia solidária prestada a determinadas obrigações assumidas pelo Estado.

1. Contratos de PPP assinados pelo Estado de São Paulo em 2015

Habitatores - PPP na modalidade Concessão Administrativa de Habitações de Interesse Social (HIS) e de Habitações de Mercado Popular (HMP) na região central da cidade de São Paulo - Lote 1. O escopo do projeto compreende: construção de 3.683 unidades HIS e de 2.260 unidades de HMP, prestação dos serviços de apoio à gestão condominial, de apoio à gestão da carteira de mutuários, dos serviços de manutenção predial, dos trabalhos técnicos sociais de pré e pós-ocupação além da implantação de equipamentos comuns e melhorias urbanísticas. A licitação foi concluída em 2014 e o contrato foi assinado em 23 de março de 2015. **SIM da Baixada Santista** - PPP na modalidade Concessão Patrocinada para expansão, operação e manutenção do Sistema Integrado Metropolitano (SIM) de transporte público intermunicipal de passageiros da Região Metropolitana da Baixada Santista. O escopo do projeto compreende: implantação do tronco VLT com 23,4 km de extensão e aquisição e racionalização da frota de ônibus intermunicipais. Investimentos divididos em: Fase I: 15,9 km (trecho Prioritário); e Fase II: 7,5 km. A CPP participou do Grupo de Trabalho responsável pela consolidação da modelagem definitiva e elaboração do Edital e minuta do Contrato e deverá prestar garantias a determinadas obrigações de pagamento do Estado. A licitação foi concluída em 2014 e o contrato de concessão assinado em 23 de junho de 2015.

2. Contratos de PPP já assinados e em execução

Linha 4-Amarela do Metrô de SP - O contrato, que prevê a realização de investimentos em sistemas e na aquisição do material rodante, e a operação da linha pelo parceiro privado, foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM e a Concessionária Via Quatro S.A., e tem a CPP como interveniente garantidora. Em virtude da celebração do contrato de penhor entre a CPP e a Concessionária Via Quatro, em 22.12.2006, conforme previsto no contrato de concessão, a CPP acompanha o desempenho do Fundo RF Linha 4, que responde pela garantia solidária prestada pela CPP a determinadas obrigações assumidas pelo Estado no âmbito do contrato de concessão. A fase I da linha 4 entrou em operação comercial plena no mês de outubro de 2011 e as obras da fase II, após rescisão do contrato inicial, deverão ser novamente licitadas até o final do primeiro semestre de 2016. **Estação de Tratamento de Água do Reservatório de Taiaçupeba** - Produto de concessão administrativa, assinado em 18.06.2008 entre a Sabesp e a empresa CAB Sistema Produtor Alto Tietê S/A, prevê a ampliação da estação de tratamento de água de Taiaçupeba e a execução de um conjunto de serviços pelo parceiro privado, incluindo a disposição e tratamento do lodo, pelo período de 15 anos. A concessionária já operava determinados serviços, incluindo tratamento e disposição do lodo, e entregou em março de 2011 as obras que ampliaram a capacidade da ETA para 15 m3/s conforme previsão contratual.

Reforma e Capacitação dos Trens da Série 5000 / Modernização dos trens da Linha 8 (Diamante) da CPTM - Contrato de Concessão Administrativa com prazo de 20 anos, com fornecimento de 36 novos trens de 8 carros e opção de fornecimento de trens novos em lugar da modernização de 12 trens da CPTM. O contrato foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM, e a concessionária CTrens - Companhia de Manutenção, em 19.03.2010. A CPP presta garantia complementar à garantia oferecida pela CPTM, sem segregação de ativos. A manutenção da frota atual vem sendo feita pela concessionária e todos os novos trens já foram entregues à CPTM e estão em operação. **Linha 6 (Laranja) do Metrô** - PPP na modalidade Concessão Patrocinada para implantação, manutenção e operação da linha que ligará Brasilândia a São Joaquim, com extensão de 15,9 km, 15 estações e 20 trens e atendimento de 600 mil passageiros/dia útil. O contrato foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM, e o Consórcio Move SP (Odebrecht, Queiroz Galvão, UTC Participações e Fundo Eco Realty), em 18.12.2013. A CPP presta garantia de 6 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento, e previsão de reposição ao Sistema de Arrecadação do Bilhete Único de mais duas contraprestações mensais. Durante o ano de 2015, ainda em fase pré-operacional, a concessionária deu seguimento ao cronograma previsto de construção, com a realização regular pelo BNDES dos desembolsos dos aportes previstos e com avanço dos processos de desapropriação nos trechos prioritários, com grande esforço financeiro do Tesouro do Estado. **FURP: Planta de Produção de Medicamentos Américo Brasileiro** - Projeto de PPP na modalidade Concessão Administrativa para desenvolvimento e produção de medicamentos genéricos na unidade fabril de Américo Brasileiro, com fornecimento de 129 tipos de medicamentos à Secretaria Estadual da Saúde. O contrato com a empresa EMS S/A foi assinado em 22.08.2013. A CPP presta garantia de 6 contraprestações mensais, calculadas de acordo com o volume de medicamentos fornecido, com penhor de quotas de fundo de investimento. **SABESP: Sistema Produtor São Lourenço** - Projeto de PPP na modalidade Concessão Administrativa para construção e manutenção do Sistema Produtor São Lourenço, que destina-se a suprir a carência de abastecimento de água na Região Oeste da RMSP. O contrato, que prevê a implantação e manutenção de sistema produtor de água que deve gerar cerca de 4,7 m3/s de acréscimo no abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo foi assinado pela SABESP em 21.08.2013 com o consórcio SPSSL (Camargo Correa e Andrade Gutierrez). As obras foram iniciadas em 2014 e devem ser entregues até 2018.

3. Novos projetos de concessão em fase de estudos e desenvolvimento

No tocante a novos projetos de PPP submetidos pelas áreas governamentais ou pela iniciativa privada, a atuação da CPP desenvolve-se em estreita colaboração com a Unidade de PPP e com a Secretaria Executiva do Conselho Gestor, ainda que com particular ênfase nos aspectos financeiros dos projetos apresentados. Em 2015, dentre os projetos que foram objeto de desenvolvimento sob coordenação da Secretaria Executiva está o projeto de PPP Habitacional da Fazenda Albor. A Companhia, como integrante do Grupo de Trabalho (GT) contribuirá, em conjunto com integrantes da Secretaria da Fazenda, da Procuradoria Geral do Estado, da Secretaria de Planejamento da Unidade de Parcerias Público-Privadas, da Secretaria de Governo e da Secretaria da Habitação, para a análise dos estudos recebidos decorrentes do Chamamento Público Nº01/2015 e definição da modelagem a ser apresentada ao Conselho Gestor

Os diretores e/ou assessores da Companhia, sempre mediante indicação do Secretário da Fazenda, também participam da análise de outros projetos de concessão trazidos à consideração do Conselho Diretor do Programa de Desestatização-CDPED ou do CGPPP. Assim, em 2015, integraram o Comitê de Análise Preliminar (CAP) da **Concessão das Linhas 05 Lilás e 17 Ouro do Metrô** e, após a aprovação do relatório do CAP no CDPED, participam do Grupo de Trabalho que apoiou a elaboração do Chamamento Público nº 002/2015 e que acompanha o desenvolvimento dos estudos pelas empresas autorizadas, juntamente com representantes da PGE, SEPLAN, UPPP, Secretaria de Governo, Secretaria de Transportes Metropolitanos e do Metrô. No mesmo sentido houve a participação de diretores da CPP no Comitê de Análise Preliminar da **Concessão de Transporte Coletivo Intermunicipal da ARTESP**, o qual elaborou Relatório do Projeto que apoiou a deliberação do CDPED e autorizou a formação do GT para realização das etapas de Audiência e Consulta Pública.

4. Gestão Financeira

A administração financeira da CPP pauta-se pela otimização da utilização dos ativos inicialmente recebidos do Estado e pela preservação de um equilíbrio entre liquidez e rentabilidade dos mesmos, compatível com o perfil e o horizonte dos projetos que deverão comportar sua participação. Além dos fundos exclusivos constituídos em garantia às obrigações firmadas nos contratos de PPP e no contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 02.2.361.4.1, firmado entre o Estado de São Paulo e o BNDES, a CPP possui ações PNB de emissão da CESP, recebíveis do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER-SP) e disponibilidades aplicadas junto ao Banco do Brasil S.A., os quais compõem um portfólio de ativos de boa qualidade e que estão aptos a serem utilizados para prestação de garantias de obrigações eventualmente assumidas pela Administração Pública junto a parceiros privados.

Em 2015, a CPP celebrou 3 (três) Contratos de Penhor e Outras Avenças. Em 20 de agosto de 2015 assinou o contrato de garantia com a concessionária PPP Habitacional SP Lote 1 S.A., com a interveniência do Banco do Brasil S.A, com vistas a cobrir até seis parcelas da Contraprestação mensal prevista no Contrato de Concessão; em 01 de setembro de 2015 foram assinados os Contratos de Penhor e Outras Avenças para garantir o pagamento pela CPP de até cinco contraprestações mensais às respectivas concessionárias responsáveis pela implantação dos Hospitais de Sorocaba e de São José dos Campos, no âmbito da PPP dos Complexos Hospitalares. As referidas garantias foram disponibilizadas por meio de penhor de cotas do fundo exclusivo **BB CPP Projetos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Longo Prazo**, assim distribuídas: - PPP Habitacional SP Lote 1 - R\$ 1.945.078; - PPP Hospital Sorocaba Lote 1 - R\$ 26.311.918; e - PPP Hospital São José dos Campos Lote 2 - no valor de R\$ 21.529.330.

Em 2015 ingressaram R\$ 68.151.053 (sessenta e oito milhões, cento e cinquenta e um mil, cinquenta e três reais) correspondentes aos créditos dos recebíveis do DER, adquiridos em 2005 e 2006, relativos ao ônus fixo previsto nos contratos de concessão rodoviária firmados entre o Estado de São Paulo e as Concessionárias Autoban, Vianorte e Triângulo do Sol. Ingressaram, ainda, R\$ 66.974.656 (sessenta e seis milhões, novecentos e setenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e seis reais) correspondentes, essencialmente, ao recebimento de Dividendos das ações preferenciais de classe B de emissão da CESP-Companhia Energética de São Paulo, adquiridas pela CPP em 2006. Tais montantes foram, predominantemente, aplicados no Fundo Exclusivo BB CPP PROJETOS e também utilizados para o pagamento de Juros sobre Capital Próprio/Dividendos aos acionistas da Companhia, que no decorrer do exercício de 2015 alcançaram R\$ 90.386.016 (noventa milhões, trezentos e oitenta e seis mil e dezesseis reais). As disponibilidades financeiras da CPP e os valores em garantia na posição de 31/12/2015 são apresentados no quadro abaixo:

Fundos de Investimentos BB	Valor - R\$
I - Disponibilidades	488.736.875
BB CPP Projetos FI em Cotas de FI RF LP	380.468.817
BB Referenciado DI TIT PUBL FI LP	27.678.764
BB Tesouro SP II FI RF Crédito	80.589.294
II - Garantias	796.466.004
BB FI CPP Linha 4 RF - Linha 4/Metro	438.476.736
BB RF CPP FIC FI - Contrato BNDES	39.353.081
BB CPP Projetos FI em Cotas de FI RF LP - FURP	50.017.612
BB CPP Projetos FI em Cotas de FI RF LP - Linha 6/Metro	266.605.742
BB CPP Projetos FI em Cotas de FI RF LP - Habitação	2.012.833

Em relação às disponibilidades financeiras é importante registrar que todos os custos administrativos e tributários da empresa devem ser pagos com os rendimentos dessas aplicações, já que os rendimentos dos fundos segregados integram as respectivas garantias. Por outro lado, a CPP já assinou como interveniente garantidora contratos de PPP que ainda não tiveram superada sua etapa preliminar e, portanto, ainda não demandaram a formalização das garantias (como é o caso, por exemplo, da PPP da Linha 18 e do Centro de Referência em Saúde da Mulher, no centro de São Paulo). Há também contratos em execução em que já existe a previsão de elevação do valor das garantias de acordo com marcos pré-determinados. E há ainda projetos de PPP em estudos, especialmente na área habitacional, que deverão demandar algum aporte de garantias por parte da CPP. Todas essas destinações presentes e potenciais devem, portanto, ser respaldadas pelos ativos financeiros contabilmente classificados como disponíveis, o que é consentâneo com os objetivos e natureza das operações da CPP, em especial a prestação de garantias.

Em abril de 2015, o Conselho de Administração propôs e restou aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas a destinação do Lucro do Exercício de 2014 no valor de R\$ 171.854.438 (cento e setenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e oito reais); R\$ 62.220.052 (sessenta e dois milhões, duzentos e vinte mil cinquenta e dois reais) como créditos aos acionistas, a título de juros sobre capital próprio; R\$ 5.481.719 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, setecentos e dezenove reais) equivalentes a 5% do Lucro Líquido deduzidos dos Juros sobre Capital Próprio, para a conta Reserva Legal, nos termos do artigo 193 da Lei 6404/76; e do restante do Lucro Líquido do exercício de R\$ 104.152.666 (cento e quatro milhões, cento e cinquenta e dois mil e seiscentos e sessenta e seis reais), R\$ 20.966.307 (vinte milhões, novecentos e sessenta e seis mil, trezentos e sete reais) destinados aos acionistas, a título de dividendos e a diferença de R\$ 83.186.359 (oitenta e três milhões, cento e oitenta e seis mil, trezentos e cinquenta e nove reais) mantidos em Reserva de Lucros, para reavaliação acerca da destinação final junto com o lucro do resultado do 3º trimestre de 2015, em que restou aprovada a sua manutenção na conta Reserva de Lucros, podendo ser reavaliada em reunião extraordinária, conforme decisão do Conselho de Administração em reunião realizada em 03 de dezembro de 2015. A Companhia tem participação acionária na Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. correspondente a 20.000 ações ordinárias nominativas, na Companhia Paulista de Securitização - CPSEC, correspondente a 1.000 ações ordinárias nominativas e na Companhia Paulista de Eventos e Turismo - CPETUR, de 20.000 ações ordinárias nominativas, integralizadas nos exercícios de 2008, 2009 e 2010, respectivamente, além da participação acionária na Companhia Energética de São Paulo - CESP, no montante de 13.793.103 ações preferenciais classe B, adquiridas em dez/2006.

A Administração.

Ativo	Notas Explicativas	Balanco Patrimonial em 31/12/2015 e 31/12/2014 - (Valores expressos em milhares de reais R\$)		
		31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014
Circulante		522.333	455.211	625.741
Caixa e Equivalente de Caixa		488.738	417.742	566.377
Bancos	3	1	2	89
Aplicações Financeiras	3	488.737	417.740	566.288
Direitos Realizáveis		33.595	37.469	59.364
Créditos a receber	4	31.241	34.279	55.676
Adiantamento a funcionários		6	-	-
Impostos e Contribuições a compensar	5	2.348	3.185	3.662
Aluguel de equipamentos		-	5	5
Outros Créditos		-	-	21
Não Circulante		981.439	1.112.697	641.303
Realizável a Longo Prazo		796.466	742.757	441.154
Créditos a Receber	4	-	24.292	47.217
Fundo de investimento em garantia	6.1	796.466	718.465	390.655
Títulos e Valores Mobiliários		-	-	3.282
Investimentos	7	184.968	369.933	200.140
Imobilizado		5	7	9
Total do Ativo		1.503.772	1.567.908	1.267.044
Demonstração do Resultado em 31/12/2015 e 31/12/2014 - (Valores expressos em milhares de reais R\$)				
	Notas Explicativas	31/12/2015	31/12/2014	
			(reapresentado)	(reapresentado)
Receitas (Despesas) Operacionais		(8.610)	(4.733)	
Administrativas		(2.190)	(2.482)	
Honorários de administradores e salários		(79)	(79)	
Publicação Legal		(233)	(277)	
Serviços de terceiros		(20)	(47)	
Despesas Gerais e Administrativas		(1.621)	(518)	
(Despesas) Receitas Inedutíveis/ não tributáveis		(4.465)	(1.328)	
Despesas Tributárias		(2)	(2)	
Depreciação e Amortização		11	151.607	
Finanças		168.847	151.607	
Receitas financeiras		186.189	169.979	
Juros sobre o capital próprio	8	(84.076)	(62.220)	
Despesa Financeira		(225)	-	
Dividendos e ou Juros sobre capital próprio		66.959	43.849	
Outras receitas (despesas) financeiras		-	(1)	
Outras receitas Operacionais		-	21	
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro e Reversões		160.237	146.895	
Apuração de Tributos		(31.307)	(37.728)	
Imposto de Renda	12	(22.718)	(27.598)	
Contribuição Social sobre o Lucro	12	(8.589)	(10.130)	
Resultado Antes Reversões		128.930	109.167	
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio		84.076	62.220	
Lucro Líquido do Exercício		213.006	171.387	
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (apresentado em Reais)		180	145	

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas Explicativas	Balanco Patrimonial em 31/12/2015 e 31/12/2014 - (Valores expressos em milhares de reais R\$)		
		31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014
Circulante		45.329	32.464	46.217
Contas a pagar		21	26	-
Obrigações Tributárias	9	1.253	3.089	706
Obrigações Trabalhistas		265	214	200
Juros sobre o capital próprio a pagar	8	43.790	29.135	45.311
Patrimônio Líquido		1.458.443	1.535.444	1.220.827
Capital Social	10	1.184.908	1.184.908	916.877
Reserva Legal	10	54.245	43.595	38.113
Reserva de Lucros	10	234.462	137.615	265.837
Ajustes de Avaliação Patrimonial	7 e 2.1	(15.172)	169.326	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.503.772	1.567.908	1.267.044
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto				
em 31/12/2015 e 31/12/2014 - (Valores expressos em milhares de reais R\$)				
		31/12/2015	31/12/2014	
			(reapresentado)	(reapresentado)
Atividades Operacionais				Reapresentado
Lucro líquido do exercício		213.006		171.387
Ajustes por:				
Depreciação			2	2
Ajuste de Exercícios Anteriores			-	4
(Receitas)/Perdas financeiras de longo prazo (Investimentos em garantia)		(87.706)		(67.950)
Lucro Líquido Ajustado		125.302	103.443	
(Aumento) Redução em Créditos a Receber		27.330	44.322	
(Aumento) Redução em Adiantamento a Funcionários		(6)	21	
(Aumento) Redução em Impostos e Contribuições a Compensar		837	-	
(Aumento) Redução em Aluguel de Equipamentos		5	-	
(Aumento) Redução em Investimento em Garantia		9.706	(259.860)	
(Aumento) Redução em Fundo Investimento em Direitos Creditórios		-	3.281	
Aumento (Redução) em Contas a Pagar		(5)	22	
Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias		(1.836)	2.860	
Aumento (Redução) em Obrigações Trabalhistas		51	21	
		36.082	(209.333)	
Fluxo Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		161.384	(105.890)	
Caixa e Equivalente de Caixa das Atividades de Financiamentos				
Dividendos Pagos		(20.966)	-	
Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio		(69.422)	(42.745)	
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamentos		(90.388)	(142.745)	
Aumento (Diminuição) líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa		70.996	(148.635)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		417.742	566.377	
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		488.738	417.742	
		70.996	(148.635)	

... continua

Demonstração do Resultado Abrangente em 31/12/2015 e 31/12/2014
(Valores expressos em milhares de reais R\$)

	2015	2014
Lucro Líquido do Exercício	213.006	171.387
Ajustes de exercícios anteriores:		
tributos, (Nex 2.1)	-	(463)
Ajustes de avaliação patrimonial:		
ações CESP, (Nex 2.1)	(184.965)	169.793
Resultado Abrangente do Exercício	28.041	340.717

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Contexto Operacional - A Companhia Paulista de Parcerias – CPP, constituída em 04 de agosto de 2004, é uma sociedade por ações, de capital fechado, regida pela Lei Federal nº 6.404/76 alterada pela Lei Federal nº 11.638/2007 e Lei Estadual nº 11.688/04. A CPP foi criada como importante instrumento de suporte à viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo, especialmente no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas. Para consecução de seus objetivos, a Lei facultou à CPP, no seu art. 15, um amplo conjunto de possibilidades operacionais, que incluem a contratação de serviços especializados de avaliação e modelagem, a participação em operações financeiras (contraindo empréstimos, emitindo títulos, eventualmente participando do capital de outras empresas), a facilitação de projetos (especialmente por meio da prestação de garantias), bem como diferentes possibilidades de disponibilização de bens à Administração. **Base para a Preparação das Demonstrações Contábeis: a) Declaração de conformidade** - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das SAs nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 15 de março de 2016. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação** – Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$) que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima. **c) Uso de estimativas e julgamentos**—A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos que podem divergir dessas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais premissas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de estimativas estão relacionadas à determinação do valor justo de determinados ativos e passivos financeiros em sua mensuração inicial pelo qual foram marcadas a valor de mercado. **Demonstração do Resultado Abrangente** - Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC. **2. Principais Práticas Contábeis** - As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações contábeis são: **a) Caixa e equivalentes de caixa** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do período. **c) Instrumentos Financeiros—Ativos Financeiros não derivativos:** A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos em 31 de dezembro de 2015: (i) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento e (iii) empréstimos e recebíveis. **(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado** - São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo. Os ganhos e perdas decorrentes de variações do valor justo mensurado são registrados no resultado financeiro da empresa. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **(ii) Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento** - São ativos financeiros não derivativos, que a empresa tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento. São registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do exercício. **(iii) Empréstimos e recebíveis** - Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por valores a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. **(iv) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda** - Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. As operações que envolvem instrumentos financeiros destinam-se a atender às necessidades da Companhia quanto à maximização da rentabilidade dos recursos líquidos de caixa e à preservação de sua capacidade financeira para apoiar, observadas as diretrizes e os limites legais para sua atuação, a viabilização de projetos de interesse da administração do Estado de São Paulo. **d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (“impairment”)** - **Ativos financeiros** - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **Ativos não financeiros** - O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia é revisado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. **e) Imobilizado - Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição que inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos, como segue: Móveis e utensílios 10 anos Softwares e Equipamentos de informática 5 anos **f) Provisões** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **g) Apuração do Resultado** - As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na Apuração de Resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. A receita operacional da Companhia é formada pelo montante de juros dos Direitos Creditórios oriundos do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo—DER/SP e pelo resultado auferido nos investimentos. A despesa operacional é formada pelo montante de juros sobre capital próprio, bem como demais despesas vinculadas à operação da Companhia. **h) Imposto de Renda e Contribuição Social** - O Imposto de Renda e a Contribuição Social são registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a períodos anteriores. **i) Distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio:** -A distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício. **2.1 Fatos Aplicáveis a Exercícios Anteriores** - Os fatos contábeis atribuídos a exercícios anteriores decorreram de: -Reconhecimentos de direitos e obrigações tributárias, os quais produziram efeitos de redução de R\$ 477 em ativos, aumento de R\$ 10 em passivos, refletindo perdas no resultado de exercícios anteriores equivalentes a R\$ 467. -Ajuste a valor justo em função do valor de mercado das ações CESP, descritos na Nota Explicativa nº 7. O valor contabilizado em 2014 foi de R\$ 169.793, refletindo ganho no respectivo exercício. Com os efeitos retrospectivos decorrentes dos aspectos relacionados aos dois pontos acima, registrou-se nas demonstrações contábeis de 2014 tomando-se esta como base para os ajustes. Assim, em conformidade às regras impostas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31/12/2015 e 31/12/2014
(Valores expressos em milhares de reais R\$)

Contas	Reservas de Lucros					Ajuste de	Total
	Nota Explicativas	Capital Integralizado	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados		
Saldos em 01 de Janeiro de 2014		916.877	38.113	265.838	-	-	1.220.828
Aumento de capital através da integralização dos Juros sobre Capital Próprio, conf. A.G.O.E. de 30/04/2014		35.652	-	-	-	-	35.652
Aumento de capital através da integralização da Reserva de Lucros, conf. A.G.O.E. de 30/04/2014		232.379	-	(232.379)	-	-	-
Juros Sobre o Capital Próprio	8	-	-	-	(62.220)	-	(62.220)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	171.854	-	171.854
Constituição de Reserva	-	5.482	-	-	(5.482)	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	4	-	4
Efeitos dos ajustes a valor justo e outros	2.1	-	-	(467)	-	169.793	169.326
Transferência para Reserva de Lucros	-	-	-	104.156	(104.156)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		1.184.908	43.595	137.148	-	169.793	1.535.444
Distribuição de Lucro	-	-	-	(20.966)	-	-	(20.966)
Juros Sobre o Capital Próprio	8	-	-	-	(84.076)	-	(84.076)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	213.006	-	213.006
Constituição de Reserva	-	10.650	-	-	(10.650)	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial (valor de mercado ações)	15	-	-	-	-	(184.965)	(184.965)
Transferência para Reserva de Lucros	-	-	-	118.280	(118.280)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		1.184.908	54.245	234.462	-	(15.172)	1.458.443

pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, resguardados todos os efeitos nos atos societários já aprovados no respectivo exercício de 2014, o reconhecimento dos efeitos supramencionados são os seguintes: **(a) Reconciliação do balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e dos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2014.**

	31/12/2014		
	Originalmente Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Ativo Circulante	455.688	(477)	455.211
Caixa e Equivalente de Caixa	417.742	-	417.742
Bancos	2	-	2
Aplicações Financeiras	417.740	-	417.740
Direitos Realizáveis	37.946	(477)	37.469
Créditos a receber	34.279	-	34.279
Adiantamento a funcionários	-	-	-
Impostos e Contribuições a compensar	3.662	(477)	3.185
Aluguel de equipamentos	5	-	5
Outros Créditos	-	-	-
Não Circulante	942.904	169.793	1.112.697
Realizável a Longo Prazo	742.757	-	742.757
Créditos a Receber	24.292	-	24.292
Fundo de investimento em garantia	718.465	-	718.465
Investimentos	200.140	169.793	369.933
Imobilizado	7	-	7
Total do Ativo	1.398.592	169.316	1.567.908

	31/12/2014		
	Originalmente Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	32.474	(10)	32.464
Contas a pagar	26	-	26
Obrigações Tributárias	3.099	-10	3.089
Obrigações Trabalhistas	214	-	214
Juros sobre o capital próprio a pagar	29.135	-	29.135
Patrimônio Líquido	1.366.118	169.326	1.535.444
Capital Social	1.184.908	-	1.184.908
Reserva Legal	43.595	-	43.595
Reserva de Lucros	137.615	-	137.615
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	169.326	169.326
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.398.592	169.316	1.567.908

(b) Reconciliação da demonstração de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

	31/12/2014		
	Originalmente Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Receitas (Despesas) Operacionais Administrativas	(4.172)	(561)	(4.733)
Honorários de administradores e salários	(2.482)	-	(2.482)
Publicação Legal	(79)	-	(79)
Serviços de terceiros	(277)	-	(277)
Despesas Gerais e Administrativas (Despesas) Receitas Indedutíveis/não tributáveis	(47)	-	(47)
Despesas Tributárias	(518)	-	(518)
Despesas Tributárias	(767)	(561)	(1.328)
Depreciação e Amortização	(2)	-	(2)
Financeiras	151.311	296	151.607
Receitas financeiras	169.683	296	169.979
Juros sobre o capital próprio	(62.220)	-	(62.220)
Despesa Financeira	-	-	-
Dividendos e ou Juros sobre capital próprio	43.849	-	43.849
Outras receitas (despesas) financeiras	(1)	-	(1)
Outras Receitas Operacionais	21	-	21

	31/12/2014		
	Originalmente Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro e Reversões	147.160	(265)	146.895
Apuração de Tributos	(37.526)	(202)	(37.728)
Imposto de Renda	(27.449)	(149)	(27.598)
Contribuição Social sobre o Lucro	(10.077)	(53)	(10.130)
Resultado antes Reversões	109.634	(467)	109.167
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	62.220	-	62.220
Lucro (Prejuízo) do Período	171.854	(467)	171.387

Lucro (Prejuízo) Líquido por Lote de Mil Ações (Apresentado em Reais)

	31/12/2014		
	Originalmente Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Atividades Operacionais	171.854	(467)	171.387
Lucro líquido do exercício	171.854	(467)	171.387
Ajustes por :			
Depreciação	2	-	2
Ajuste de Exercícios Anteriores	4	-	4
Receitas financeiras de longo prazo (Investimentos em garantia)	(67.950)	-	(67.950)
Lucro Líquido Ajustado	103.910	(467)	103.443
(Aumento)Redução em Créditos a Receber	44.322	-	44.322
(Aumento) Redução em Adiantamento a Funcionários	21	-	21
(Aumento) em Impostos e Contribuições a Compensar	-	477	477
(Aumento) Redução em Aluguel de Equipamentos	-	-	-
(Aumento) Redução em Investimento em Garantia	(259.860)	-	(259.860)
(Aumento) Redução em Fundo Investimento em Direitos Creditórios	3.281	-	3.281
Aumento (Redução) em Contas a Pagar	22	-	22
Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias	2.393	-10	2.383
Aumento (Redução) em Obrigações Trabalhistas	21	-	21
	(209.800)	467	(209.333)

Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais (105.890) - **(105.890)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos

Dividendos Pagos	-	-	-
Provisão de Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-
Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio	(42.745)	-	(42.745)

	31/12/2014		
	Originalmente Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamentos	(42.745)	-	(42.745)
Aumento (Diminuição) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(148.635)	-	(148.635)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	566.377	-	566.377
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	417.742	-	417.742
	(148.635)	-	(148.635)

3. Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição:			
Descrição	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014
Bancos	1	2	89
Aplicações Financeiras (*)	488.737	417.740	566.288
	488.738	417.742	566.377

(*) Relação das aplicações financeiras em fundos de investimento em 31/12/2015			
Descrição	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014
CDB/RDB	-	2.085	150.027
CPP Projetos	380.469	411.168	384.951
FI BB DER CPP BNC PUB MASTER	-	4.487	31.310
BB REF DI TP FI LP	27.679	-	-
BB TESOURO SP II FI	80.589	-	-

(*) Composição das aplicações financeiras em fundos de investimento em 31/12/2015

Bancos	1	2	89
Aplicações Financeiras (*)	488.737	417.740	566.288
	488.738	417.742	566.377

As cotas dos fundos de investimento estão custodiadas no Banco do Brasil e são avaliadas com base no valor da cota informado pelo Administrador com rentabilidade média equivalente a aproximadamente 99% do CDI.

4. Créditos a Receber - Referem-se aos direitos de crédito de titularidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP, correspondentes ao ônus relativo aos contratos de concessão rodoviária firmados entre DER/SP e as concessionárias Autoban, Triângulo do Sol e Vianorte, adquiridos pela companhia em 29 de agosto de 2005, pelo valor de R\$ 200.492. Esses créditos foram realizados dentro do cronograma definido, no período de 2006 a 2013. Em 05 de setembro de 2006 foi firmado um aditivo ao contrato de cessão de direitos de crédito entre a CPP e o DER/SP. Por meio do aditivo, a CPP adquiriu mais uma parcela do fluxo de recebíveis referente ao ônus fixo relativos aos contratos acima mencionados, pelo valor de R\$ 100.000. O recebimento dos novos créditos deverá ocorrer no período entre 2007 a 2016. Em janeiro de 2007 a Companhia concluiu a aquisição de créditos a vencer no exercício de 2014 no total de R\$ 37.601, conforme previsto no contrato firmado em 29 de agosto de 2005. Os créditos vencidos em 2014 foram adquiridos em quatro parcelas trimestrais, perfazendo um desembolso total de R\$ 18.312. Em março de 2008 a CPP cedeu em favor do BNDES, os créditos relativos à concessionária Vianorte, conforme disposto no Contrato de Penhor BNDES e na 2ª Alteração do Contrato de Cessão de Direitos de Créditos. Em 24 de novembro de 2009, conforme deliberação do Conselho de Administração, a CPP autorizou o Poder Concedente a utilizar as parcelas de recebíveis correspondentes ao pagamento do ônus fixo, de titularidade da CPP, devido pela concessionária Autoban, relativas aos períodos de novembro de 2009 e abril de 2010 substituindo-as por outras, de igual natureza, referentes aos anos entre 2015 a 2016. Em 13 de janeiro de 2010 essa alteração foi formalizada por meio de aditivo ao Contrato de Cessão de Direitos de Créditos. Em 28 de fevereiro de 2011 a CPP assinou, como interveniente-garantidora, o Aditivo nº 06 ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 02.2.361.4.1, de 27 de junho de 2002, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Estado de São Paulo. Por força do referido aditivo, a CPP vinculou ao contrato a integralidade das quotas do fundo exclusivo BB Renda Fixa CPP LP FIC FI, especificamente criado para prestação de garantia ao BNDES, e parte dos recebíveis que adquiriu junto ao DER, correspondentes ao contrato da Concessionária Triângulo do Sol. O fluxo total a receber entre janeiro e dezembro de 2016, conforme demonstrado a seguir, é de R\$ 63.567. O ônus fixo é reajustado anualmente pelo IGP-M, em 1º de julho.

	ano-calendário			Total
	Autoban	Triângulo do Sol	Via Norte	Total
2016	49.905	4.684	8.978	63.567
Total	49.905	4.684	8.978	63.567

A distribuição entre os ativos circulante e realizável a longo prazo foi efetuada levando-se em consideração os prazos de realização previstos no cronograma firmado e pelo valor do principal, devidamente atualizado. Os valores a receber a título de juros são contabilizados à medida do seu efetivo recebimento mensal e integram apenas o ativo circulante.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014
Ativo Circulante	31.241	34.279	55.676
Realizável a Longo Prazo	-	24.292	47.217
Total	31.241	58.571	102.893

5. Impostos e Contribuições a Compensar - Após levantamentos efetuados em 2012 e 2013 a Companhia determinou as origens dos créditos tributários, classificando-os segundo os exercícios nos quais foram gerados. Este procedimento contábil de maior segregação da natureza dos créditos tributários manteve-se até o presente exercício. Os créditos de impostos e contribuições a compensar estão assim distribuídos em 31 de dezembro de 2015:

descrição	31/12/15	31/12/14	01/01/201
-----------	----------	----------	-----------

homologada pelo referido órgão, estará estudando estratégias objetivando o acionamento das vias judiciais para resolução do litígio. Assessores jurídicos opinam favoravelmente a chance de ganho atribuída à companhia.

6. Garantias Prestadas - Em conformidade às disposições estatutárias, as quais mencionam que a companhia poderá prestar garantias reais e fidejussórias, segue demonstração das garantias constituídas e aquelas ainda por constituir:
6.1 Fundos de Investimento em Garantia – Garantias Já Constituídas - A CPP possui hoje cinco fundos de investimento vinculados a garantias oferecidas pela companhia a operações do Estado de São Paulo. O primeiro é o Fundo de Investimentos CPP – Linha 4–Renda Fixa, constituído pela CPP para atender as obrigações previstas no contrato de concessão patrocinada na Linha 4 do Metrô, assinado em 29 de novembro de 2006. A CPP é titular única e exclusiva das cotas, cuja totalidade foi dada em penhor à Concessionária da linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., por meio de contrato assinado em 22 de dezembro de 2006. Trata-se da prestação de garantia solidária ao Estado na mitigação do risco de atraso na entrega da obra (R\$ 150.000), e no pagamento da contraprestação pecuniária (R\$ 60.000). O valor originalmente aplicado de R\$ 173.500, acrescido de rendimentos líquidos auferidos até 31 de dezembro de 2015, totalizando R\$ 438.477 (R\$ 398.379 em 31 de dezembro de 2014), deverá ser suficiente para cobrir as eventuais necessidades de desembolso nas respectivas datas em que possam ser exigidas.

O segundo é o Fundo BB Renda Fixa CPP LP FIC FI, cujo patrimônio líquido na posição de 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 39.353 (e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 35.298), que foi integralmente vinculado ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 02.2.361.4.1, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Estado de São Paulo em 27 de junho de 2002. Por força do Aditivo nº 6, celebrado em 28 de fevereiro de 2011 e assinado pela CPP na qualidade de interveniente-garantidora, as cotas do referido fundo foram dadas em complementação às garantias já existentes no contrato – que incluem a vinculação de recebíveis de titularidade da CPP conforme explicitado na Nota nº 4–e permitindo a liberação de outros ativos de titularidade do Estado anteriormente dados em garantia. Em 13 de outubro de 2014, por meio da Carta AS/DEURB 078/2014, o BNDES concordou com a liberação, conforme previsto contratual, de 11.200.000 cotas do fundo BB Renda Fixa CPP LP Fundo de Investimento em Cotas do Fundo de Investimento, as quais permanecem ainda aplicadas no referido fundo, por opção da companhia, em função do bom desempenho do fundo às opções disponíveis de aplicação. Em janeiro de 2013, a CPP constituiu o Fundo de Investimento CPP Projetos, com objetivo de concentrar em um fundo os recursos financeiros a serem vinculados, geralmente sob a forma de penhor de cotas, a diferentes projetos de PPP ou a outras operações do Estado de São Paulo. A primeira garantia constituída com base nesse fundo foi o penhor de parte das cotas do Fundo CPP Projetos (no valor de R\$ 50.018 em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 44.988 em 31 de dezembro de 2014) com vistas a garantir o pagamento mensal da contraprestação básica à concessionária responsável pela implantação da PPP da Fundação para o Remédio Popular – FURP, conforme previsto no Contrato de Concessão Administrativa assinado em 22 de agosto de 2013 entre a Concessionária Paulista de Medicamentos S.A. (CPM) e a FURP, com interveniência do Estado de São Paulo e, na qualidade de Interveniante Garantidora, da CPP. A garantia da CPP visa cobrir o equivalente a 6 (seis) parcelas da Contraprestação mensal prevista no Contrato de Concessão e foi formalizada por meio do Contrato de Penhor e Outras Avenças, assinado em 03 de fevereiro de 2014, entre a FURP, a CPP, a CPM e com a interveniência do Banco do Brasil S.A. A segunda garantia constituída com base no referido fundo foi o penhor de 203.958.857 cotas do Fundo CPP Projetos (R\$ 266.605 em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 239.800 em 31 de dezembro de 2014) para garantir o pagamento mensal da contraprestação básica à concessionária responsável pela prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da Linha 6 – Laranja do Metrô de São Paulo, contemplando a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação, conservação, manutenção e expansão, compreendendo uma linha com 15,3 km de extensão. A terceira garantia constituída com base no Fundo CPP Projetos foi formalizada em setembro de 2015 e refere-se à chamada PPP da Habitação, apresentando saldo aplicado de R\$ 2.013 em 31 de dezembro de 2015. A formalização das garantias constituídas na forma de penhor de cotas de fundo de investimento ocorreu em função das obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo, através da Secretaria de Habitação, estabelecidas no contrato de Concessão Administrativa para a implantação de habitações de interesse social e habitações de mercado popular na região central da cidade de São Paulo, conforme Contrato de Concessão assinado em 23 de março de 2015.

6.1.1 Garantias constituídas em data subsequente à do encerramento do exercício - Complexos Hospitalares: Em 01 e 02 de setembro de 2014 foram assinados os Contratos de Concessão Administrativa para a construção, operação de serviços “Bata Cinza” e Manutenção dos Complexos Hospitalares – Hospital Estadual de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher – HCRSM, em São Paulo (lote 2) e Hospital Estadual de Sorocaba (lote 1), pelo prazo de 20 anos, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e, respectivamente, a Inova Saúde São Paulo SPE S.A. e a Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. Em janeiro de 2016 foi constituída garantia no valor total de R\$ 50.416 (sendo R\$ 22.682 correspondentes ao lote 2 e relativos ao Hospital Estadual de São José dos Campos e R\$ 27.734 relativos ao lote 1), para fazer frente ao valor correspondente a 5 (cinco) parcelas mensais da Contraprestação mensal, vigorando até a liquidação da última parcela da Contraprestação devida pelo Estado. A segregação destes ativos foi realizada na forma prevista contratada, qual seja, por penhor de cotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo, denominado “BB CPP Projetos”.
PPP do Sistema Integrado Metropolitano – SIM–da Baixada Santista: Seu contrato concessão patrocinada foi assinado em 23 de junho de 2015 entre o Poder Concedente e BR Mobilidade Baixada Santista S.A.–SPE, tendo como objeto a prestação de serviços públicos de transporte urbano coletivo intermunicipal, por meio de ônibus e VLT, compreendendo os municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruibe, Praia Grande, São Vicente e Santos. A responsabilidade atribuída à CPP refere-se à constituição de garantia equivalente ao pagamento do valor correspondente a 6 (seis) Contraprestações Pecuniárias mensais, vigorando até a liquidação final da última parcela da Contraprestação devida pelo Estado. Até o final do primeiro semestre de 2016 será constituída garantia no valor total (estimado) de R\$ 9.882, para fazer frente ao valor correspondente a 6 (seis) parcelas mensais da Contraprestação mensal, vigorando até a liquidação da última parcela da Contraprestação devida pelo Estado.
6.2 Fundos de Investimento em Garantia – Garantias a Constituir - Os contratos de concessão informados a seguir apresentam a obrigatoriedade de constituição de garantias pela CPP. Estas serão constituídas através do penhor de cotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo, denominado “BB CPP

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

Projetos”, da qual a CPP é cotista exclusiva. Esta obrigatoriedade decorre da Companhia Paulista de Parcerias – CPP figurar como parte nestes contratos, assumindo responsabilidades como Interveniente Garantidora, na qualidade de fiadora solidária para o cumprimento da obrigação imputável ao Poder Concedente, que é o Estado de São Paulo. Os referidos contratos apresentam os seguintes detalhes pertinentes dentro da atuação da CPP:
Linha 18–Bronze: Em 22 de agosto de 2014 foi assinado o Contrato de Concessão Patrocinada de Prestação dos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros da Linha 18 – Bronze da Rede Metroviária de São Paulo, com tecnologia de monotrilho, contemplando a implantação, operação, conservação e manutenção. O contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo e a Empresa Concessionária do Monotrilho da Linha 18-Bronze S.A. A responsabilidade atribuída à CPP refere-se à constituição de garantia equivalente ao pagamento do valor correspondente a 6 (seis) Contraprestações Pecuniárias mensais, vigorando até a liquidação final da última parcela da Contraprestação devida pelo Estado.
6.3 Garantias Constituídas sob outras Modalidades - CTRENS: - Em 19 de março de 2010 a CPTM assinou o Contrato de Concessão Administrativa nº 876408301100 para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da Linha 8 – Diamante da CPTM, com a CTRENS Companhia de Manutenção, empresa constituída exclusivamente para prestar os serviços decorrentes do referido contrato de concessão. A CPP assumiu a condição de fiadora da CPTM em relação à obrigação de pagamento da contraprestação pecuniária, em conformidade com o Contrato de Cessão de Direitos de Créditos sob Condição Suspensiva e Outras Avenças (anexo XXIV do Contrato de Concessão). Em decorrência do contrato, a CPP comprometeu-se a complementar a garantia oferecida pela CPTM, sem vinculação específica de seus ativos, no montante de até R\$ 58 milhões. Assim, para assegurar a restituição dos valores eventualmente desembolsados pela CPP, por conta do inadimplemento da CPTM, foi assinado o Contrato de Contra garantia, entre a CPP e a CPTM, em 19 de outubro de 2010. Tal operação conta com aprovação do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas e do Conselho de Administração da Companhia.
Demais Garantias corporativas, constituídas em caráter suplementar àquelas descritas no item 6.1 supra: - A companhia se compromete a manter ativos líquidos, exigíveis na hipótese do Poder Concedente persistir inadimplente nos contratos de PPP firmados, e não recompor as garantias reais, representadas pelos fundos de investimento constituídos para esta finalidade, descritos no item 6.1 supra. A responsabilidade da companhia, em termos quantitativos, varia conforme proporção assumida nos respectivos contratos de concessão firmados, estando assim distribuídas entre seus signatários:
FURP: Até 3 (três) contraprestações básicas mensais.
Linha 6: Até 2 (duas) contraprestações básicas mensais.
Linha 18: Até 2 (duas) contraprestações básicas mensais.

7. Investimento – Participação Societária - Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía as seguintes participações:

	Quantidade de ações	Tipo de ações	31/12/2015	31/12/2014	01/01/14
				(reapresentado)	
CESP Desenvolve	13.793.103	Preferenciais	184.828	369.793	200.000
SP	20.000	Ordinárias	20	20	20
CPSEC	1.000	Ordinárias	100	100	100
CPETUR	20.000	Ordinárias	20	20	20
Total de Investimentos			184.968	369.933	200.140

Ações CESP - As ações da CESP (CESP6) estão contabilizadas pelo custo histórico, ajustado pelo seu valor justo, e representam a titularidade de 13.793.103 ações preferenciais (escritural B), custodiadas no Itaú Unibanco S/A. Seu valor justo de mercado, segundo cotação na BOVESPA de 31 de dezembro de 2015 correspondia ao valor total de R\$ 184.828, conforme abaixo demonstrado:

	Quantidade de ações	Preço da ação	R\$
--	----------------------------	----------------------	------------

Em 31 de dezembro de 2015 **13.793.103** 13,40 **184.828**
Em 31 de dezembro de 2014 **13.793.103** **26,81** **369.793**

Liquidação da CPETUR - A CPETUR (Companhia Paulista de Eventos e Turismo) encontra-se em processo de liquidação por decisão do governo do Estado de São Paulo.

8. Juros sobre Capital Próprio - O saldo de juros sobre o capital próprio a pagar em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 43.790, resultante da movimentação ocorrida, como segue:

descrição	Valor
Saldo em 1 de janeiro de 2014	45.312
Provisões constituídas no período	62.220
Aproveitamento como aumento de capital	(35.652)
Pagamentos efetuados no período	(42.745)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	29.135
Provisões constituídas no período	84.076
Pagamentos efetuados no período	(69.421)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	43.790

descrição	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014
		(reapresentado)	
IRRF sobre folha de pagamento	131	86	64
Contribuições sociais retidas	-	-	-
PIS a recolher	131	-	-
Cofins a recolher	803	-	-
IRPJ sobre lucro	188	2.840	-
CSLL sobre lucro	-	163	642
IRRF sobre PJ a recolher	-	-	-
Total	1.253	3.089	706

A contribuição ao PIS é calculada à alíquota de 0,65% e a contribuição à COFINS, à alíquota de 4%, conforme estabelece o Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015, aplicadas sobre uma base de cálculo constituída sobre as receitas financeiras auferidas mensalmente. Entretanto, quando incorrerem outros fatos geradores, aplicam-se sobre estes, respectivamente, alíquotas de 1,65% e 7,6%, segundo a legislação vigente. Os tributos IRPJ e CSLL estão representados pelos valores incorridos entre janeiro e dezembro de 2015, incidentes sobre lucro auferido até 31/12/2015, líquido das estimativas pagas e compensadas até 31/12/2015. A forma de apuração está explicada na Nota Explicativa nº 12.

10. Patrimônio Líquido - a) Capital Social - Em 31 de dezembro de 2015 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.184.908.008,21 em moeda corrente nacional, composto pela participação do Estado de São Paulo, com 1.184.907.992 ações ordinárias nominativas, correspondentes a R\$ 1.184.907.992,59, e da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo – Cosep, com 15 ações ordinárias nominativas, cor-

respondente a R\$ 15,62.
b) Reserva Legal - A companhia adotará no presente exercício, como base para o cálculo da Reserva Legal correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício.
c) Reserva de Lucros - São reservas constituídas pela apropriação dos lucros da Companhia na forma prevista pelo § 4º do art. 182 da Lei 6.404/76 para atender às finalidades e deliberações da Companhia.

11.Resultado Financeiro - O Resultado Financeiro da Companhia é composto principalmente com operações de instrumentos financeiros e receita de aplicações financeiras, compostos da seguinte forma:

descrição	31/12/15	31/12/14
		(reapresentado)
Rendimentos de aplicações financeiras	144.976	114.613
Juros e correção monetária sobre direitos de crédito	40.820	55.363
Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos	66.959	43.849
Outras receitas financeiras	393	3
Total de receitas financeiras	253.148	213.828
Juros sobre capital próprio	(84.076)	(62.220)
Outras despesas financeiras	(225)	(1)
Total de despesas financeiras	(84.301)	(62.221)
Resultado financeiro líquido	168.847	151.607

12. Imposto de Renda e Contribuição Social - A Companhia provisiona as parcelas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, efetuando recolhimento dos tributos com base na estimativa mensal. A provisão para o imposto é calculada à razão de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10%, o que exceder a R\$ 20.000/mês sobre o lucro tributável, conforme estabelece a legislação vigente. A provisão para a contribuição social é calculada à razão de 9% sobre o lucro tributável, conforme estabelece a legislação vigente. A seguir, demonstrativo do cálculo do IRPJ e CSLL de janeiro a dezembro de 2015:

composição da despesa de IRPJ e CSLL	31/12/15	31/12/14
		(reapresentado)
Resultado antes do IR e contribuição social	160.237	147.160
(+) Adições	2.187	926
(-) Exclusões	(66.995)	(36.125)
Base de cálculo	95.429	111.961
Provisão para o imposto de renda (corrente)	22.718	27.598
Provisão para a contribuição social (corrente)	8.589	10.130

13. Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto – Mudança de Prática Contábil - A Companhia passou a apresentar, a partir do presente exercício, o Fluxo de caixa pelo método indireto, sendo classificado por atividades operacionais, de investimento e de financiamento, entendendo que essa prática é a que melhor se coaduna com o que determina a NBC TG 03 (R2). As receitas financeiras provenientes de aplicações em fundos de investimento de longo prazo, constituídos para garantir obrigações assumidas pelo Poder Concedente, conforme explicações à nota nº 6, não representam disponibilidades imediatas, razão pela qual foram ajustadas no resultado apresentado na demonstração do fluxo de caixa diminuindo-se o lucro contábil. Não são rendimentos, portanto, que contribuem para a geração de caixa da companhia, sendo sua movimentação de recursos restrita, conforme disposições contratuais firmadas com a respectiva instituição financeira.

14. Honorários de Administradores e Salários - Do montante de R\$ 2.190 (R\$ 2.482 em 31 de dezembro de 2014), correspondentes aos honorários de administradores e salários, as remunerações do pessoal chave da administração da companhia em 31 de dezembro de 2015 corresponderam aos seguintes valores:

descrição	31/12/15	31/12/14
		(reapresentado)
Honorários de diretoria	479	491
Participações nos resultados (bônus) pagos ou creditados à diretoria	393	412
Honorários de conselho de administração	324	339
Encargos sociais proporcionais	251	260
Total	1.447	1.502

Os créditos e/ou pagamentos efetuados seguiram as orientações do Parecer CODEC nº 057/2003, assim como do artigo 152, § 2º da Lei 6404/76.

15. Gerenciamento de Riscos - Contextualização - A companhia é uma entidade não financeira cuja renda se caracteriza quase na sua totalidade de rendimentos financeiros auferidos por juros e dividendos, não gerando, portanto, resultados a partir de atividades que possam ser classificadas como tipicamente operacionais. Parcela relevante dos ativos financeiros totais da companhia (62%), já estão vinculados a garantias para pagamentos de obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo (Poder Concedente), decorrentes de contratos de parcerias público-privadas firmados com a iniciativa privada. O desenvolvimento de suas atividades e, principalmente, sua capacidade de honrar as garantias prestadas depende, portanto, da performance dos seus ativos financeiros.
Riscos de crédito e de mercado - Os rendimentos financeiros constituídos de juros são creditados unicamente pelo Banco do Brasil S.A, instituição financeira de primeira linha. São decorrentes de ativos que possuem um perfil conservador, basicamente lastreados em títulos públicos federais, no caso dos fundos de investimento financeiro. Nesse caso, podem ocorrer flutuações nas receitas em função das maturidades e rendimentos diferentes e da marcação a mercado dos ativos financeiros, mas o perfil das aplicações da CPP é conservador. As demais operações que geram renda à companhia decorrem de aplicações em ativos de entidades estatais, notadamente em (i) ações da CESP, cuja escrituração segue as regras do mercado financeiro, ficando sob responsabilidade do Banco Itaú-Unibanco S/A, assim como de sua corretora, a Itaú Corretora de Valores S/A e; (ii) recebíveis de titularidade do DER/SP, os quais se constituem em ônus de concessões rodoviárias adquiridos junto ao DER/SP, cujo acompanhamento demonstra não ter havido nenhuma inadimplência.

16. Eventos Subsequentes - Os eventos significantes ocorridos subsequentemente ao encerramento do exercício estão descritos nas notas explicativas de (i) nº 5 - Impostos a Recuperar, no item 5.1, o qual versa sobre a decisão do CARF em relação a litígio de natureza tributária e (ii) nº 6 - Investimentos dados em garantia: em relação à segregação de ativos ocorrida em janeiro de 2016 na forma de penhor de cotas de fundo de investimento garantindo obrigações do Poder Concedente relativas ao contrato de parceria público-privada que envolve a construção de hospitais; assim como na constituição de garantias sobre as obrigações decorrentes da implantação do VLT na Baixada Santista (nota explicativa nº 6.1.1).

Renato Vieira Pita Contador - CRC 1SP215876/O-8	Tomás Bruginski de Paula Diretor - CPF: 092.553.068-98
Conselho de Administração	Diretoria

Mario Engler Pinto Junior Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos Karla Bertocco Trindade Hamilton Chohfi Maria Lucia Barros de Azambuja Guardia	Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos Cláudia Polto da Cunha Tomás Bruginski de Paula	Renato Vieira Pita CRC 1SP215876/O-8
---	--	--

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Parcerias – CPP, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Contábeis da Empresa, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, da Demonstração do Resultado Abrangente, complementados por Notas Explicativas, Proposta

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS–CPP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis - A administração da COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS–CPP é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação

monial e as respectivas Demonstrações Contábeis estão em condições de ser submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas. É o Parecer.

São Paulo, 29 de março de 2016.

Atílio Gerson Bertoldi - Conselheiro Fiscal
Roberto Yoshikazu Yamazaki - Conselheiro Fiscal
José Henrique Reis Lobo - Conselheiro Fiscal

Relatório dos Auditores Independentes sobre às Demonstrações Contábeis

de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS–CPP para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS–CPP. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS–CPP em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Ênfases - Conforme mencionado na nota explicativa nº 5.1, a Companhia possui créditos de IRPJ referentes ao ano calendário de 2006, não homologados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. A Companhia apresentou recurso administrativo junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), no qual procurou demonstrar a origem e a pertinência dos créditos. O recurso ainda está em análise e pendente de julgamento pelo CARF. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto. Conforme mencionado na nota explicativa

... continuação

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

nº 13, a Companhia passou a apresentar, a partir do presente exercício, a demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto, entendendo que essa prática é a que melhor se coaduna com o que determina a NBC TG 3 (R2). Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** - O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa nº 2.1, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado em 26 de março de 2015, sem modificação. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 2.1, que

foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2014, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referente ao exercício de 2014 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014 tomadas em conjunto.

São Paulo, 15 de março de 2016.

UHY Moreira – Auditores
CRC 2 RS 3717 S SP

Heraldo S. S. De Barcellos - Contador

CRC 1 RS 11609 S SP - CNAI Nº 43 - Responsável Técnico

**COMPANHIA PAULISTA
DE PARCERIAS - CPP**

